



Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD

CONTRIBUIÇÕES PARA A REVISÃO TEXTUAL: as práticas textuais-discursivas aplicadas pelos revisores de textos no Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação da Câmara dos Deputados (DETAQ) em discursos parlamentares

Francisco de Assis Diniz*

RESUMO

Este trabalho representa uma análise, sob a ótica da linguística, de intervenções de revisores do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação da Câmara dos Deputados (DETAQ) nos textos referentes a transcrições do áudio de discursos parlamentares proferidos naquela casa legislativa, com o objetivo de investigar tanto essas intervenções quanto as transcrições sob a perspectiva das nove operações textuais-discursivas propostas por Marcuschi (2010), como uma contribuição à revisão textual. O estudo parte dos conceitos de texto apresentados por Marcuschi (2008) e Koch (2003) e do conceito de discurso proposto por Dubois *et al* (1995), no âmbito desta pesquisa. Em seguida, com diversas contribuições teóricas, especialmente de Saussure (1972), destaca a comunicação, que é a finalidade do discurso parlamentar, como elemento importante nas relações entre a linguagem utilizada nos discursos e o público-alvo, tendo por fator de forte influência a transmissão dos eventos pela *TV Câmara*. Ao adentrar o cerne da pesquisa, busca primeiramente diferenciar revisor de textos de revisor do DETAQ, pelo apontamento das particularidades da atuação deste. Em segundo lugar, faz a diferenciação entre as práticas textuais-discursivas de transcrição e de revisão no âmbito daquele departamento, com a exposição das tarefas de cada uma e descrição dos procedimentos adotados a partir do áudio dos eventos, até a retextualização para a produção do texto final a ser publicado. Ademais, apresenta análises linguísticas de algumas intervenções do revisor do DETAQ em discurso parlamentar, bem como considerações finais do presente estudo.

Palavras-Chave: Retextualização. Revisão de texto. Taquigrafia. Discurso parlamentar. Câmara dos Deputados.

* Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Língua Portuguesa – Revisão de texto: gramática, linguagem e a construção/reconstrução do significado, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Edineide Silva.

1 INTRODUÇÃO

O revisor tem grande importância na produção de textos de quaisquer gêneros textuais¹, por fatores que envolvem desde a correção gramatical, no nível microtextual, até, por exemplo, a adequação do texto ao gênero, no âmbito macrotextual. Todos esses elementos estão relacionados à boa transmissão da mensagem; por isso, o ideal é que todo texto passe pelo crivo especializado de um revisor, para que se possa obter maior eficácia na comunicação aí envolvida.

Na Câmara dos Deputados, não é diferente, pois nenhum discurso parlamentar é publicado sem a devida revisão do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, doravante, no decorrer deste artigo, denominado apenas DETAQ. Todo o processo, com início no pronunciamento do discurso e término na produção do texto final para a publicação, é acompanhado pelos taquígrafos, os quais zelam tanto pela segurança na qualidade das informações prolatadas no discurso, como pela precisão do texto final em transmitir a mensagem pretendida pelo falante. Para execução dessas tarefas, primam pela correção gramatical com a adequação do texto ao estilo do orador, a fim de preservar suas identidades.

Nesse cenário, esta pesquisa tem o escopo de trazer contribuições à revisão de textos pela demonstração de como se desenvolve o trabalho do revisor do DETAQ, a fim de revelar a constituição textual-discursiva envolvida no processo de retextualização dos discursos parlamentares. Para tanto, é preciso discorrer sobre diversos aspectos pertinentes a essas práticas textuais-discursivas, no intento de proporcionar não apenas a compreensão dos procedimentos em cada etapa do trabalho do revisor, mas também a identificação de fatores que influenciam a produção do discurso pelo parlamentar e possuem laços com a atividade revisional.

Primeiramente, serão apresentados os conceitos de texto (MARCUSCHI, 2008; e KOCH, 2003) e de discurso (DUBOIS *et al*, 1995), no âmbito de interesse desta pesquisa. A partir daí, serão tratadas questões relativas à fase anterior ao pronunciamento a ser analisado, que envolvem tanto os processos de comunicação (SAUSSURE, 1972; CHARAUDEAU, 2008; e LYONS, 1982) quanto as finalidades do

¹ “Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas.” (MARCUSCHI, 2008, p. 155)

discurso e a linguagem nele utilizada. Na oportunidade, será abordada a influência que a transmissão dos eventos pela *TV Câmara* exerce sobre a produção dos discursos.

Em seguida, discorrer-se-á sobre os procedimentos relacionados à fase de revisão do discurso, ou seja, à etapa posterior à sua produção. Nesse ponto, serão diferenciados os conceitos de revisor de textos e revisor do DETAQ, com exposição de suas particularidades laborais. Antes, serão apresentadas as atribuições do DETAQ, para a devida compreensão das funções do órgão e de seus colaboradores.

Por fim, serão examinadas as intervenções de revisor do DETAQ em discurso parlamentar, que representam uma retextualização do pronunciamento no intuito de adequá-lo à finalidade do texto escrito, qual seja, a produção de um documento oficial a ser não só publicado no Portal da Câmara dos Deputados e no *Diário da Câmara dos Deputados (DCD)*, mas também arquivado para registro histórico e consulta pelos interessados. Para esse propósito, serão utilizados os ensinamentos de renomados gramáticos como Azeredo (2014) e Cunha e Cintra (2013), entre outros, e de linguistas, a exemplo de Fairclough (2001) e sobretudo Marcuschi (2010).

A metodologia utilizada baseou-se na exposição teórica sobre o assunto, na coleta de um discurso parlamentar que atendesse aos fins da pesquisa e na análise da transcrição e da revisão feitas pelo DETAQ, sob a perspectiva das nove operações textuais-discursivas propostas por Marcuschi (2010). Convém esclarecer que a escolha dos estudos desse linguista foi feita em razão da propriedade com que trata o tema, ao descrever as operações de retextualização a serem observadas na passagem do texto oral para o escrito.

Ainda sobre a metodologia, cumpre ressaltar que o autor do presente artigo procedeu à transcrição *ipsis verbis* do áudio correspondente a determinado trecho do discurso a ser analisado. O objetivo desse procedimento foi viabilizar a comparação entre o discurso proferido e a respectiva transcrição feita pelo DETAQ, tendo em vista que desta já constam algumas alterações, como exclusão de termos representativos de marcas da oralidade e pequenas correções gramaticais.

Ao final, serão apresentadas as conclusões do presente trabalho acadêmico, pela exposição dos benefícios que esta pesquisa trouxe para o campo da revisão de textos.

2 CONCEITOS DE TEXTO E DE DISCURSO NO ÂMBITO DESTA PESQUISA

Inicialmente, serão apresentados conceitos de texto e de discurso com o objetivo de lhes atribuir a devida restrição de alcance conforme as finalidades do presente estudo.

2.1 Conceito de texto

Por ser o objeto da revisão tratado no presente artigo, é importante proceder à conceituação de texto. Para Marcuschi, “texto é um evento comunicativo em que convergem ações linguísticas, sociais e cognitivas” (MARCUSCHI, 2008, p. 72). Pode-se destacar também um conceito mais detalhado, conforme assinala Koch (2003) nos termos a seguir:

Texto será entendido como uma unidade linguística concreta (perceptível pela visão ou audição), que é tomada pelos usuários da língua (falante, escritor/ouvinte, leitor), em uma situação de interação comunicativa, como uma unidade de sentido e como preenchendo uma função comunicativa reconhecível e reconhecida, independentemente da sua extensão. (KOCH, 2003, p. 8).

Pela abrangência de ambos os conceitos, é notório que não se trata apenas de texto escrito, especialmente quando se afirma que texto é um evento comunicativo perceptível pela audição. Assim, o discurso parlamentar está incluído nessa categoria na forma falada e, como se verá mais adiante, será transposto para a escrita pelo DETAQ, mediante procedimentos de retextualização.

2.2 Conceito de discurso

É válido esclarecer e restringir a concepção de discurso para os fins da presente pesquisa, ante a diversidade semântica do vocábulo. Em princípio, quando se pensa em discurso parlamentar, logo se lembra de uma exposição robusta de ideias, com objetivo de convencimento sobre determinado assunto. Seguindo essa linha, uma excelente descrição terminológica pode ser encontrada em Jota (1976):

Língua atualizada, pela fala ou pela escrita. [...] é um gênero de prosa que se manifesta oralmente diante de um auditório [...]. Compõe-se de exórdio

(apresentação do tema), exposição do assunto, confirmação ou prova do que foi exposto e peroração (despedida, com síntese do que se falou ou com as conclusões a que se chega). (JOTA, 1976, p. 107)

Convém acrescentar, no entanto, que nem sempre os parlamentares, em eventos da Câmara dos Deputados, fazem uso da palavra em conformidade com a estrutura proposta por Jota (1976), pois discursam para diversas finalidades, como, por exemplo: debater matéria, encaminhar votação, proferir voto, apresentar questão de ordem, fazer aparte e interpelar convidados em audiências públicas.

Diante disso, a composição estrutural acima descrita adequa-se aos pronunciamentos parlamentares feitos durante a fase da sessão da Câmara dos Deputados intitulada Grande Expediente. Nesse sentido, interessam para o presente estudo as acepções sobre discurso concernentes à “linguagem posta em ação, a língua assumida pelo falante” (DUBOIS *et al*, 1995, p. 192), pois será escolhido, para análise no âmbito desta pesquisa, discurso parlamentar de qualquer natureza proferido no plenário ou nas comissões da Câmara dos Deputados.

3 ASPECTOS DO DISCURSO PARLAMENTAR

Neste ponto, serão abordados, sob a ótica da linguística, os aspectos do discurso parlamentar que dizem respeito ao presente estudo, quais sejam: a comunicação, como objetivo do discurso, e as relações entre o público-alvo e a linguagem. Serão examinados, ainda, os fatores que influenciam na escolha da linguagem, especialmente a eficácia da comunicação e a ampliação do público ouvinte em virtude da transmissão, via *TV Câmara*, dos eventos realizados pela Câmara dos Deputados.

3.1 A comunicação como objetivo do discurso

É importante salientar que, enquanto instrumento de linguagem, o discurso busca, acima de tudo, a comunicação entre orador e público ouvinte. Isso explica a escolha da linguagem coloquial nos discursos parlamentares, com o fito de proporcionar o devido entendimento da mensagem pelo seu destinatário.

Nesse contexto, indispensável é entender, primeiramente, como se dá o processo de comunicação e, em seguida, identificar qual é o público a que se destinam os discursos parlamentares para, só então, compreender a escolha da linguagem utilizada.

3.1.1 Processo de comunicação

Considerando-se que a comunicação é ato praticado diariamente em todos os setores da sociedade, parece elementar a compreensão dos processos que a envolvem. Contudo, a realidade é um tanto diferente. Para Charaudeau (2008), comunicar é um fenômeno bem mais complexo do que simplesmente transmitir uma informação, pois envolve a situação, os modos de organização do discurso, a língua e o texto, tudo compondo um dispositivo que representa o ato de comunicação entre o sujeito falante e o interlocutor.

Nessa esteira, Saussure (1972), pela visão estruturalista da linguagem, traz os princípios gerais da semiologia traduzidos em signo, significado e significante, a fim de explicar como se dão os processos de comunicação. Seguem, nessa mesma linha, as palavras de Lyons (1982), que corroboram os estudos de Saussure, ao esclarecerem, em outros termos, os meandros desses processos, do ponto de vista da semiótica:

Um sinal é transmitido de um emissor para um receptor (ou grupo de receptores) através de um canal de comunicação. O sinal terá uma determinada forma e passará um determinado significado (ou mensagem). A conexão entre a forma do sinal e o seu significado é estabelecida pelo que (num sentido bastante geral do termo) normalmente se chama em semiótica o código: a mensagem é codificada pelo emissor e decodificada pelo receptor. (LYONS, 1982, p. 13)

Surge daí um problema corrente, comum a todas as línguas: a eficácia da comunicação. A mensagem nem sempre chega ao receptor com o mesmo sentido dado pelo emissor, isto é, pode não estar adequadamente codificada por este ou decodificada por aquele.

Primeiramente, o signo linguístico é arbitrário, ou seja, é uma convenção de cada língua (SAUSSURE, 1972). Isso remete a uma necessidade de o receptor conhecer o signo linguístico utilizado pelo emissor, para traduzir eficazmente a

comunicação. Na lição do professor Juan Díaz Bordenave, “a comunicação é uma interação humana que se realiza através do uso de signos – a atribuição de significados a signos é a base da comunicação e da linguagem” (BORDENAVE, *apud* RÜDIGER, 1998, p. 10).

Em segundo lugar, a comunicação não flui de forma perfeita, como salientado por Shannon (1975), que nela identifica três níveis de problemas:

NÍVEL A. Com que exatidão podem ser transmitidos os símbolos de comunicação? (Esse é o problema técnico);

NÍVEL B. Com que precisão os símbolos transmitidos transferem o significado desejado? (Esse é o problema de semântica); e

NÍVEL C. Com que eficiência o significado recebido afeta o comportamento, a conduta do receptor em relação à finalidade desejada e prevista? (Este é o problema da eficiência) (SHANNON, 1975, p. 4).

Ante o exposto, pode-se concluir que a comunicação humana é um fenômeno complexo que envolve a transmissão de uma mensagem de forma eficiente, a fim de cumprir sua finalidade, qual seja, fazer chegar ao destinatário a intenção do emissor. Nesse processo, a exatidão da comunicação, feita por meio de discurso, enfrenta as seguintes dificuldades: na origem, pela habilidade do emissor em traduzir sua intenção em palavras; na recepção, pela capacidade de interpretação do receptor; e na transmissão, pela adequação do léxico à realidade cultural e intelectual do receptor.

Nesse contexto, Tondo (1974) sustenta que a mensagem, após ter passado por diversos processos até chegar ao destinatário, “sofreu perdas parciais a ponto mesmo de o recebedor dar-lhe uma interpretação em desacordo com a intenção do comunicador” (TONDO, 1974, p. 68).

Sob esse viés, Beltrão (1982) acrescenta que não é suficiente o conhecimento dos signos linguísticos pelo emissor e pelo receptor, porquanto devem ser considerados outros mecanismos de comunicação: idiomático/sonoro, visual, plástico-tátil, olfato-gustativo e audiovisual. Ademais, a complexidade dos processos de comunicação não se resume a normas e dicionários, visto que “os modos de pensar e agir dos indivíduos e coletividades, suas tradições e as influências que recebem, as circunstâncias em que vivem em determinado momento e seu estado psicológico alteram usos e significações” (BELTRÃO, 1982, p. 85).

Nesse diapasão, Tondo (1974) denomina repertório o conjunto de signos linguísticos ou dos mecanismos de comunicação atinentes a cada indivíduo. Para ele, comunicação é o confronto de repertórios. Assim, na linha desse conceito, aborda a questão da adequação do discurso ao público-alvo e defende que, “de acordo com a linguagem que se usa, já se seleciona o auditório: quanto mais alto é o repertório a que pertence a mensagem, mais reduzido é o público” (TONDO, 1974, p. 31).

3.2 Relação entre linguagem e público-alvo dos discursos parlamentares

Trazendo esses apontamentos para o mundo político, em que estão inseridos os discursos parlamentares no âmbito da Câmara dos Deputados, há que se considerar um fator importante e naturalmente decorrente do advento da *TV Câmara*, em 1998, emissora que passou a transmitir ao vivo as sessões plenárias e as reuniões de comissão: a mudança de público.

Antes, os deputados discursavam somente à plateia presente no recinto da reunião ou da sessão, a qual era composta dos próprios deputados, de jornalistas, dos servidores da Casa envolvidos com o evento e de algumas pessoas interessadas em acompanhar os trabalhos. Após a implementação da *TV Câmara*, o público elevou-se de menos de setecentos indivíduos para milhões de telespectadores pela televisão em canal aberto.

Esse aumento do público explica a linguagem utilizada pelos parlamentares nos pronunciamentos, qual seja, a coloquial, a fim de se fazerem entender não apenas pelo seu eleitorado, que pode ser representado por moradores de pequenos municípios no interior do país ou por classes de trabalhadores como professores, mas também por todos os ouvintes da *TV Câmara*, que são pessoas de todos os níveis intelectuais. Assim, não há uma preocupação maior com a aplicação da norma culta aos discursos, ainda que o parlamentar seja um advogado ou um médico, pois a finalidade é não somente estabelecer uma comunicação com seu público, mas sobretudo guardar as devidas identidades para com ele.

Na lição de Tondo (1974), “toda a comunicação tem os seus objetivos e se processa dentro de um universo de discurso. Mudando este, mudam também os objetivos e, como tal, o sentido da mensagem” (TONDO, 1974, p. 35). Isso equivale a dizer que uma mensagem enviada a um determinado público pode ser entendida

de outra forma por um grupo diferente; por conseguinte, para que haja a eficácia na comunicação, é necessário promover modificações na linguagem a fim de adequá-la a um novo universo de discurso.

No campo da filosofia, uma das correntes que formulam os conceitos de comunicação é a “naturalista, para a qual o ato de comunicar só é possível porque os sujeitos nele envolvidos têm estrutura física e intelectual análoga e se encontram numa realidade comum” (RÜDIGER, 1998, p. 10).

Por essas razões, o parlamentar, no intuito de atingir seus objetivos pela oralidade, molda seu discurso ao público a que se reporta. Isso implica dizer ser possível um mesmo deputado falar em uma linguagem coloquial nos eventos da Câmara dos Deputados transmitidos pela *TV Câmara* e pronunciar-se em linguagem culta para um grupo de advogados na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Vale registrar aqui a lição de Polito (2003), no que concerne à relação entre discurso e público, ao afirmar que

cada público possui suas próprias características e cada uma delas requer um tipo adequado de comunicação. Não se deve falar para um grupo de cinco a dez pessoas da mesma forma como se fala para uma multidão. Não se fala para um auditório de operários da mesma forma como se fala para uma audiência de intelectuais. (POLITO, 2003, p. 85)

Entendidas as relações entre a linguagem utilizada nos discursos e o público destinatário, passa-se a discorrer sobre revisor de textos para, finalmente, proceder-se à análise quanto a intervenções de revisor do DETAQ em discurso parlamentar.

4 O REVISOR DE TEXTOS

Inicialmente, é válido salientar que o revisor de textos tem um papel primordial na publicação de quaisquer gêneros textuais, desde um memorando, produzido no âmbito de uma repartição pública, até uma lei, que surtirá efeitos para toda uma sociedade. Trata-se do profissional encarregado de fazer uma análise minuciosa do texto, a fim de sanar eventuais incorreções tanto gramaticais, que envolvem acentuação, ortografia, vocabulário e sintaxe, quanto formais, que dizem respeito à padronização e à adequação ao gênero textual.

Para o bom desempenho dessa atividade, deve o revisor desenvolver diversas qualidades, dentre as quais se destacam a desconfiança exacerbada e uma

ampla visão de mundo. A primeira é fundamental para detectar impropriedades do texto que ao leitor comum geralmente passam despercebidas, como a grafia de uma palavra, o ano de um acontecimento ou a origem de um produto. A segunda diz respeito à cultura diversificada do revisor, que permitirá a percepção de elementos macrotextuais, tais como a ideologia, a intertextualidade e a interdiscursividade, que são elementos importantes para a compreensão textual e para a detecção de incongruências nesse nível de análise.

Obviamente não se pode olvidar de outros atributos importantes do revisor: a capacidade de análise textual e de reescrita dentro do estilo do texto original, com observância da continuidade semântica; tanto a concentração quanto a organização em sua atividade; a atenção ao detalhe; a flexibilidade e a criatividade para adequar regras a cada texto de acordo com o gênero textual e com o público a que se destina; e a disposição bem como a curiosidade para proceder às necessárias pesquisas.

Fairclough (2001) propõe sete itens relacionados à execução da análise do texto para a abrangência dos aspectos de sua produção e interpretação, assim como dos aspectos formais: vocabulário, gramática, coesão, estrutura textual, a força dos enunciados (promessas, pedidos, ameaças etc.), a coerência e a intertextualidade. Com efeito, tais itens compõem a atividade revisional, de modo que as intervenções do revisor devem não apenas buscar a harmonização do texto a esses fatores, mas também evitar sua desarmonização por meio de uma proposta que venha a prejudicar-lhe a estrutura ou o sentido.

4.1 O revisor do DETAQ

Antes de adentrar as funções do revisor do DETAQ, vale esclarecer o papel desse departamento.

4.1.1 Atribuições do DETAQ

O DETAQ é o departamento encarregado de realizar o apanhamento taquigráfico e a respectiva degravação de eventos da Câmara dos Deputados. Conforme consta do sítio da Câmara dos Deputados (<http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/detaq>), suas atribuições são as seguintes:

Ao Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação compete:

Proceder ao registro taquigráfico, decifração, revisão, redação final, sumários e indexação dos pronunciamentos e debates ocorridos no plenário principal da Câmara dos Deputados, nas comissões e em outros eventos que envolvam assuntos relacionados com as atividades legislativas da Câmara dos Deputados;

Disponibilizar as íntegras das sessões plenárias e das reuniões de Comissões no portal da Câmara dos Deputados;

Proceder ao registro e à redação final dos pareceres proferidos oralmente em plenário e encaminhá-los à Secretaria-Geral da Mesa;

Encaminhar, por meio eletrônico, as notas taquigráficas das sessões para a Secretaria-Geral da Mesa, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, para publicação no Diário da Câmara dos Deputados e no Diário do Congresso Nacional;

Atender às solicitações de pesquisa de usuários internos e externos relativas aos discursos das sessões plenárias e aos debates das reuniões de Comissões;

Manter Banco de Dados, com base em discursos, indexados com utilização de vocabulário controlado, no Sistema de Taquigrafia - SITAQ, para armazenamento e recuperação de informações relativas a pronunciamentos parlamentares, bem como zelar pela sua segurança.

4.1.2 As práticas textuais-discursivas do revisor do DETAQ

O DETAQ conta com servidores efetivos que ocupam cargos de Analista Legislativo, na atribuição Taquígrafo Legislativo, cuja função principal é realizar o apanhamento taquigráfico dos eventos da Casa, a fim de converter os discursos neles proferidos para o documento escrito. No entanto, até a gravação do áudio ou as notas taquigráficas chegarem ao texto com a redação final, há um longo caminho.

Primeiramente, vale ressaltar que, em regra, todos os eventos da Câmara dos Deputados são gravados e parte deles tem apanhamento taquigráfico, conforme o interesse da administração da Casa. Somente as sessões plenárias têm esse apanhamento em sua integralidade, sendo que, para os demais eventos taquigrafados, os taquígrafos atuam, em princípio, como roteiristas, pelo registro das falas iniciais de cada orador, conhecidas como “deixas”, para facilitar a posterior

degravação do áudio. Ademais, esses profissionais ficam atentos à complementação de informações importantes para a elaboração do texto com redação final, como nomes completos de pessoas e entidades, significados de siglas, grafia de nomes próprios e de termos em línguas estrangeiras, entre outras. Para tal propósito, na primeira oportunidade, os taquígrafos consultam o orador sobre a precisão daquela determinada informação. Além dessas atividades de acompanhamento presencial em cada evento, esses servidores realizam tanto as tarefas de transcrição do áudio (também chamada degravação) ou das notas taquigráficas, quanto as de revisão.

Cabe aqui acentuar a importância do papel do revisor, pois o resultado de seu trabalho será o documento intitulado texto com redação final, com fé pública, o qual será encaminhado ao arquivo para consulta pelos interessados e também publicado no Portal da Câmara dos Deputados e no *Diário da Câmara dos Deputados (DCD)*, que é o instrumento oficial de publicações da Casa. Em razão de tamanha responsabilidade, para se tornar revisor, o taquígrafo precisa ser eleito pelos demais colegas, além disso deve possuir vasta experiência e reconhecida competência em seu trabalho.

Convém assinalar que o revisor da taquigrafia atua com quatro funções distintas e complementares:

- 1) Revisor gramatical – corresponde ao revisor *stricto sensu*, ou seja, procede aos ajustes de correções gramaticais e ortográficas para a adequação à norma padrão da Língua Portuguesa, exclui vícios de linguagem e melhora textos confusos a fim de lhes dar clareza, coesão e coerência.
- 2) Analista crítico do discurso – o revisor não se limita às questões gramaticais do texto, pois sua análise abrange ainda os aspectos socioculturais, o discurso como prática social, a ideologia utilizada e as respectivas consonâncias com determinada parcela da sociedade, bem como as condições de sua produção as quais abrangem o contexto histórico, político, social e econômico, especialmente as relações de poder aí envolvidas. Essa visão da análise crítica do discurso está de acordo com a lição de Fairclough (2001), segundo a qual a análise crítica apresenta-se em um quadro tridimensional do discurso, conforme Figura 1 a seguir: o discurso enquanto texto, pelos aspectos formais e interpretativos; o discurso como prática discursiva, que envolve produção, distribuição e consumo; e, por fim, o discurso como prática social, que

resguarda as relações entre discurso e sociedade pelos parâmetros do poder e da hegemonia. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 100-102)

Figura 1. Concepção tridimensional de discurso



Fonte: Fairclough (2001, p. 101)

- 3) Notário público – é o “oficial público de nota, tabelião, incumbido de elaboração de escrituras públicas, como contratos e outros atos jurídicos previstos em lei. Os notários gozam de fé pública.” (GUIMARÃES, 2008, p. 426). Obviamente o revisor do DETAQ não é um notário público; no entanto, nesse sentido, seu trabalho assemelha-se ao do notário em virtude da fé pública que é atribuída ao documento por ele produzido. Com efeito, vale o que o revisor registrou, até que se prove o contrário.
- 4) Regimentalista – é necessário que o revisor do DETAQ seja um bom conhecedor do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), pois essa norma, além de regular o funcionamento da Casa, é muito citada durante os trabalhos legislativos, de modo que o revisor buscará os devidos ajustes do texto aos ditames regimentais.

As práticas textuais-discursivas do revisor da taquigrafia começam após a gravação, ou transcrição, do áudio das reuniões, sessões e demais eventos afins da Câmara dos Deputados. Assim, o texto gravado é o objeto de trabalho do revisor, a partir do qual se procede a uma retextualização, a fim de produzir um documento que servirá como representação daquilo que foi dito no evento correspondente. Doravante, toda referência a trabalho do revisor do DETAQ estará correlacionada a discurso parlamentar, pois é este o objeto de estudo do presente artigo.

Nesse contexto, existem dois conceitos importantes a serem esclarecidos: transcrição e retextualização. Marcuschi (2010) traz as seguintes definições:

Há uma distinção interessante a ser feita entre a atividade de retextualização e a de transcrição. Transcrever a fala é passar um texto de sua realização sonora para a forma gráfica com base numa série de procedimentos convencionalizados. Seguramente, neste caminho, há uma série de operações e decisões que conduzem a mudanças relevantes que não podem ser ignoradas. Contudo, as mudanças operadas na transcrição devem ser de ordem a não interferir na natureza do discurso produzido do ponto de vista da linguagem e do conteúdo. Já no caso da retextualização, a interferência é maior e há mudanças mais sensíveis, em especial no caso da linguagem. (MARCUSCHI, 2010, p. 49)

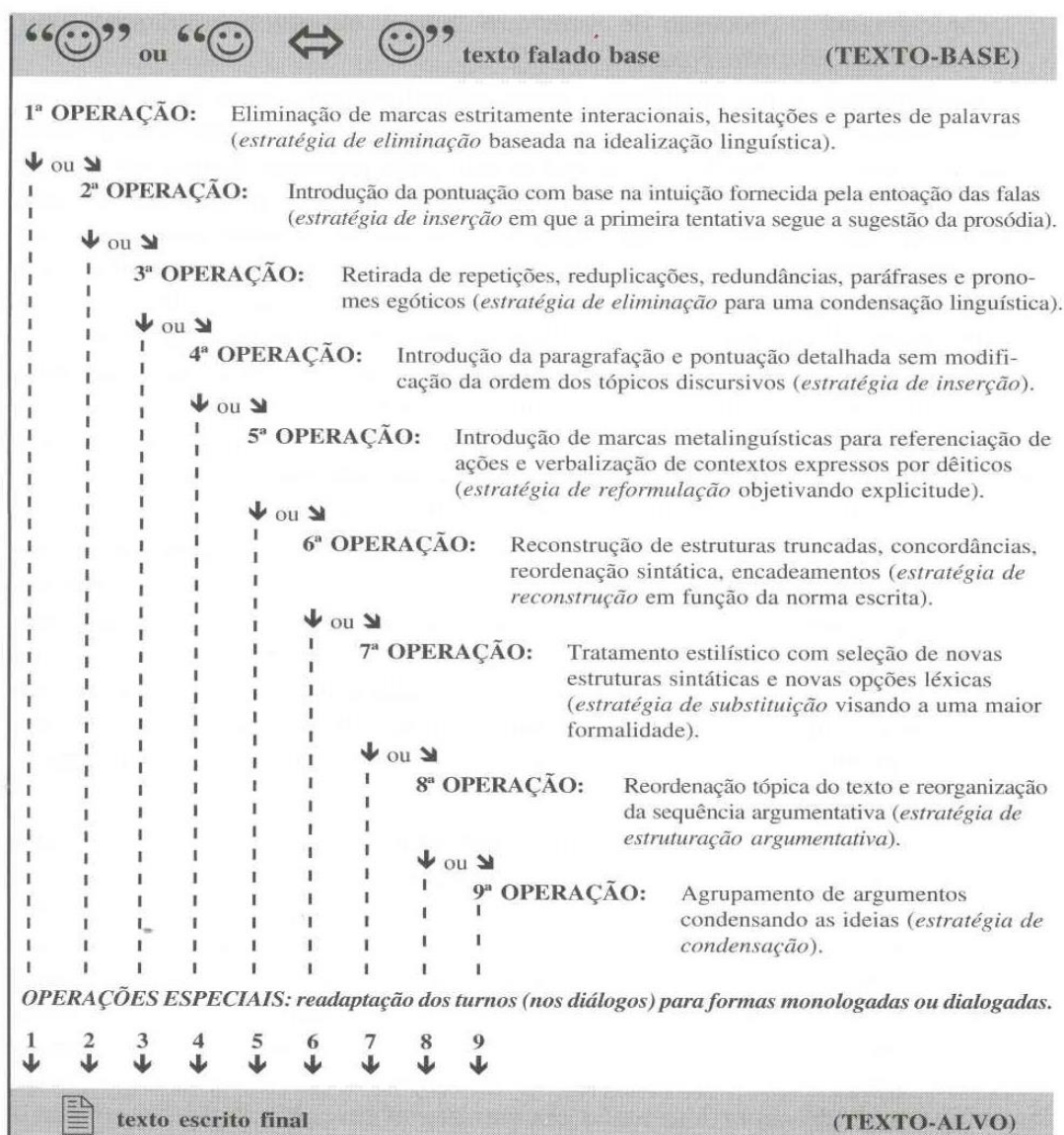
Seguindo os ensinamentos de Marcuschi (2010), a atividade revisional em análise será intitulada retextualização no decorrer do presente artigo. Impende acentuar que essa atividade envolve a transposição de um gênero para outro, ou melhor, do gênero *discurso falado* para o gênero *documento oficial escrito*. Este tem por objetivo o arquivamento para registro histórico e consulta pelos interessados, bem como a publicação no Portal da Câmara dos Deputados e no *Diário da Câmara dos Deputados (DCD)*, enquanto aquele se destina à transmissão de uma mensagem do parlamentar ao seu público-alvo.

Nem toda opinião, porém, é aquiescente sobre essa denominação. Cabe ressaltar e ressaltar que a atividade revisional é um tanto mais complexa que a retextualização, diante dos variados elementos cognitivos, sociais, discursivos e ideológicos envolvidos. Sob essa ótica, é prudente destacar as reflexões de Rocha (2012), ao afirmar que

seria mais apropriado denominar esse processo de ressitualização, o que implicaria uma preocupação com a mudança na configuração do gênero em seu aspecto formal (linguístico e visual), discursivo (função social) e na organização prototípica do gênero (estrutura potencial). (ROCHA, 2012, p. 38)

Feita a devida ressalva, e em continuidade à questão dos procedimentos revisionais representados pela retextualização, é válido registrar os apontamentos de Marcuschi (2010, p. 75), que expõe nove operações textuais-discursivas relativas à passagem do texto oral para o escrito, conforme a Figura 2, a seguir, que apresenta diagrama extraído de sua obra:

Figura 2. Diagrama modelo das operações textuais-discursivas na passagem do texto oral para o escrito



Algumas observações sobre as legendas para ler o modelo:

- A sequência inicial na parte superior do modelo {“😊” ou “😊 ↔ 😊”} lembra apenas que pode tratar-se de um texto falado *monologado* {“😊”} ou então de um texto falado *dialogado* {“😊 ↔ 😊”} que serve de **texto-base** para a retextualização.
- O símbolo {↓} posto abaixo de cada uma das 9 operações sugere que se pode partir desse ponto para o texto escrito final, e o símbolo {↘} indica que se pode ir à operação seguinte.
- O símbolo {📄} na parte inferior do modelo lembra que esse é o *texto escrito* tido como o ponto de chegada, isto é, o **texto-alvo** do processo de retextualização.

Ainda segundo Marcuschi (2010), o processo não necessariamente segue a sequência proposta e pode encerrar-se em qualquer ponto após a primeira operação. Há um décimo passo, denominado *Operações Especiais*, que diz respeito à “readaptação dos turnos (nos diálogos) para formas monologadas ou dialogadas” (MARCUSCHI, 2010, p. 75). Essa etapa não guarda relação com o trabalho do revisor do DETAQ, tendo em vista que os discursos parlamentares não se compõem dessa estrutura.

5 ANÁLISE DE INTERVENÇÕES DO REVISOR DO DETAQ EM DISCURSOS PARLAMENTARES

Neste ponto, serão examinadas algumas intervenções do revisor do DETAQ em trechos de um discurso do Deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS), proferido na reunião da Comissão Especial – PL 8.045/10 - Código de Processo Penal, realizada no dia 2/3/2016, disponível no portal da Câmara dos Deputados no seguinte endereço:

<http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0072/16>.

O áudio, em sua integralidade, encontra-se acessível em <http://imagem.camara.leg.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=55653>, sendo que a fala do parlamentar está inserida no horário entre 16h1min9seg e 16h12min5seg.

A seguir, um breve currículo do Deputado Pompeo de Mattos, publicado no Portal da Câmara dos Deputados:

Figura 3. Currículo do Deputado Pompeo de Mattos

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Você está aqui: Página Inicial > Deputados > Conheça os Deputados

Conheça os Deputados

Biografia

POMPEO DE MATTOS - PDT/RS

Darci Pompeo de Mattos
 Nascimento: 12/7/1958
 Naturalidade: Santo Augusto, RS
 Profissões: Advogado e Bancário
 Filiação: João Pompeo de Mattos e Carlinda Gomes de Mattos
 Escolaridade: Superior

Mandatos (na Câmara dos Deputados):
 Deputado Federal, 1999-2003, RS, PDT. Dt. Posse: 01/02/1999; Deputado Federal, 2003-2007, RS, PDT. Dt. Posse: 01/02/2003; Deputado Federal, 2007-2011, RS, PDT. Dt. Posse: 01/02/2007; Deputado Federal, 2015-2019, RS, PDT. Dt. Posse: 01/02/2015.

Destaques

- Lideranças e Bancadas
- Suplentes em Exercício
- Deputados Federais – 55ª Legislatura (com fotos)

Downloads

LISTA COMPLETA: informações e contatos dos Deputados

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados, no endereço eletrônico:

http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=73486

A metodologia utilizada no presente artigo partiu da escolha do discurso a ser analisado, cujo critério foi o da variedade e profusão de intervenções do revisor, de modo que o texto pudesse subsidiar satisfatoriamente a pesquisa. Para tanto, o ideal era que o discurso fosse proferido espontaneamente, isto é, sem leitura de texto pronto. Nessas condições, a fala do Deputado Pompeo de Mattos atendeu a tais requisitos.

Ainda quanto à metodologia, vale frisar que se primou pela autenticidade dos dados, conforme preconiza Marcuschi (2010, p. 99), motivo pelo qual todos foram coletados de suas fontes originais. Em relação a esses dados, ou melhor, ao discurso selecionado, há três versões do texto:

- 1) transcrição do áudio (áudio disponível no endereço eletrônico citado anteriormente) feita *ipsis verbis* pelo autor deste artigo. A finalidade dessa fiel transcrição é permitir a comparação da fala do parlamentar com a transcrição feita pelo DETAQ, da qual já constam algumas intervenções, conforme se relata no item a seguir;
- 2) transcrição do áudio feita por taquígrafo do DETAQ, obtida a partir do sistema de informática utilizado naquele departamento, já com pequenas alterações que não comprometem a natureza do texto, com vistas à eliminação das marcas de

oralidade, de erros gramaticais evidentes e de repetições desnecessárias, conforme descrito anteriormente no item 4.1.2; e

3) retextualização feita por revisor do DETAQ, versão final, publicada no Portal da Câmara dos Deputados, no endereço eletrônico já aludido, sob a denominação “texto com redação final”, o qual, no âmbito interno à Câmara dos Deputados, é comumente conhecido por “notas taquigráficas”. Na sequência, a Figura 4, com cópia da tela referente à primeira página do documento na *internet*:

Figura 4. Cópia da tela referente à primeira página do texto com redação final correspondente à reunião da Comissão Especial – PL 8.045/10 - Código de Processo Penal, realizada no dia 2/3/2016, na qual foi proferido o discurso do Deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS)



Você está aqui: Página Inicial > Deputados > Discursos e Notas Taquigráficas > Discursos Proferidos nas Comissões

Discursos e Notas Taquigráficas

 **CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**
Sessão: 0072/16

Hora: Fase: Data:

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 8045/10 - CÓDIGO DE PROCESSO PENAL
EVENTO: Instalação REUNIÃO Nº: 0072/16 DATA: 02/03/2016 LOCAL: Plenário 5 das Comissões INÍCIO: 15h17min TÉRMINO: 16h25min PÁGINAS: 23
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Instalação da Comissão. Eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes.

OBSERVAÇÕES

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL
Comissão Especial - PL 8045/10 - Código de Processo Penal
Número: 0072/16 02/03/2016

1

O SR. PRESIDENTE (Deputado Goulart) - Havendo número legal, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.045, de 2010, do Senado Federal, que trata do Código de Processo Penal, e apensados, convocada pelo Presidente desta Casa, nos termos regimentais, para instalação da Comissão e eleição do Presidente e Vice-Presidentes.
Declaro que coube a mim assumir a presidência dos trabalhos, nos termos do art. 39, § 4º, do Regimento Interno.
Declaro instalada a Comissão Especial.

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados, no endereço eletrônico:
<http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0072/16>

Observam-se as seguintes identificações iniciais do documento:

- a) Nome do departamento: “DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO”.
- b) Nome da seção: “NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES”.
- c) Especificação do texto: “TEXTO COM REDAÇÃO FINAL”.
- d) Finalidade do documento: “Versão para registro histórico”.
- e) Indicação da possibilidade de alteração: “Não passível de alteração”.
- f) Nome da comissão: “COMISSÃO ESPECIAL – PL 8045/10 – CÓDIGO DE PROCESSO PENAL”.
- g) Identificação do evento e número de páginas do documento: “Evento: Instalação REUNIÃO Nº: 0072/16 DATA: 02/03/2016 LOCAL: Plenário 5 das Comissões INÍCIO: 15h17min TÉRMINO: 16h25min PÁGINAS: 23”.
- h) Identificação de depoentes (quando houver): “DEPOENTE /CONVIDADO – Qualificação”.
- i) Resumo da pauta da reunião: “SUMÁRIO – Instalação da Comissão. Eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes”.
- j) Outras observações (quando houver): “OBSERVAÇÃO”.
- k) Cabeçalho do documento, com nome do departamento e da comissão, número da reunião registrado pelo sistema de informática do DETAQ e data da reunião:
 “CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL
 Comissão Especial - PL 8045/10 - Código de Processo Penal
 Número: 0072/16 02/03/2016”.
- l) Início do documento – a expressão inicial “Sr. Presidente (Deputado Goulart)” indica a qualificação e o nome do orador, para, na sequência, dar prosseguimento à respectiva fala (“Havendo número legal...”).

A seguir, serão analisadas as alterações textuais constantes de trechos da transcrição do DETAQ, e, logo depois, as retextualizações feitas no processo de revisão dos fragmentos selecionados, com a devida correlação com os apontamentos de Marcuschi (2010) atinentes às nove operações textuais-discursivas relativas à passagem do texto oral para o escrito, conforme discorrido no item 4.1.2. Evidencie-se que foram inseridas numerações de linhas apenas para facilitar a referência, portanto, não fazem parte do documento original.

5.1 Análise de intervenções na transcrição do DETAQ

Passa-se à análise das intervenções procedidas na transcrição do DETAQ (Fig. 6), em comparação à transcrição *ipsis verbis* feita pelo autor (Fig. 5).

Figura 5. Trecho do discurso com transcrição feita pelo autor

Linha

- 1 **“O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Eu quero depois, Presidente,
- 2 também a assessoria buscasse aqui, eu vi que tem juízes, representantes
- 3 aqui, é, da Magistratura de vários Estados, imagino que do Ministério
- 4 Público enfim, da Ordem dos Advogados do Brasil, é que, até porque essa
- 5 Comissão se reveste de uma relevância, de uma importância, de uma
- 6 magnitude, de muita expressão para o País e naturalmente os operadores
- 7 do Direito estão, é, ligados e interligados. Nós vamos ter aqui um grande
- 8 embate e um bom debate onde nós possamos amadurecer de forma
- 9 relevante essa questão do Código de Processo Penal.”

Fonte: produzido pelo autor, a partir do áudio da reunião.

Figura 6. Trecho do discurso com transcrição feita pelo DETAQ

Linha

- 1 **O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Eu quero depois, Presidente,
- 2 também que a assessoria busca-se aqui, eu vi que tem juízes, representantes aqui
- 3 da Magistratura de vários Estados, imagino que do Ministério Público enfim, da
- 4 Ordem dos Advogados do Brasil, até porque essa Comissão se reveste de uma
- 5 relevância, de uma importância, de uma magnitude, de muita expressão para o País
- 6 e naturalmente os operadores do Direito estão ligados e interligados. Nós vamos ter
- 7 aqui um grande embate e um bom debate em que nós possamos amadurecer de
- 8 forma relevante essa questão do Código de Processo Penal.

Fonte: sistema de informática do DETAQ.

Nesse segmento do discurso, foram feitas intervenções que estão de acordo com a 1ª, 2ª e 3ª operações conforme a Figura 2 (p. 15), que apresenta

diagrama proposto por Marcuschi (2010, p. 75). A seguir, as intervenções separadas por operação, tendo por referência o trecho da transcrição feita pelo autor (Fig. 5):

- a) “1ª OPERAÇÃO: Eliminação de marcas estritamente interacionais, hesitações e partes de palavras (*estratégia de eliminação* baseada na idealização linguística).” (MARCUSCHI, 2010, p. 75)
 - “, é,” (linha 3) – trata-se de expressão típica da fala, utilizada pelo orador como recurso de pausa enquanto formula seu pensamento, ou mesmo quando intenta lembrar-se de algo. Na transcrição do DETAQ, decidiu-se pela sua exclusão, por não fazer parte do texto em si, representando tão somente uma marca interacional da linguagem falada;
 - “, é,” (linha 7) – representa uma marca da oralidade idêntica à que aparece na linha 3, conforme item anterior.
- b) “2ª OPERAÇÃO: Introdução da pontuação com base na intuição fornecida pela entoação das falas (*estratégia de inserção* em que a primeira tentativa segue a sugestão da prosódia).” (MARCUSCHI, 2010, p. 75)
 - Vale assinalar que toda a pontuação, consignada no segmento da transcrição feita pelo DETAQ (Fig. 6), foi aplicada conforme a intuição do transcritor.
- c) “3ª OPERAÇÃO: Retirada de repetições, reduplicações, redundâncias, paráfrases e pronomes egóticos (*estratégia de eliminação* para uma condensação linguística).” (MARCUSCHI, 2010, p. 75)
 - “, é que,” (linha 4) – essa expressão traduz ideia de explicação que se repete na expressão seguinte, “até porque”, razão pela qual o transcritor do DETAQ optou por deixar apenas uma delas.

Registre-se, ainda, uma correção gramatical feita pelo transcritor do DETAQ:

- “onde” (linha 8 da transcrição do autor, Fig. 5) – a palavra foi substituída por “em que” (linha 7 da transcrição do DETAQ, Fig 6).

Segundo Azeredo (2014, p. 198), o vocábulo “onde” denominar-se-á advérbio relativo quando se assemelhar aos pronomes relativos por suas propriedades anafóricas e conectivas. De outra parte, Cunha e Cintra (2013, p. 558) afirmam que essa nomenclatura não foi acolhida pela Norma Gramatical Brasileira (NGB), apenas pela Portuguesa. Na frase em comento, a palavra “onde” funciona como pronome relativo que se refere a lugar (NEVES, 2000, p. 372). Por seu turno, Luft (2002, p. 163) corrobora essa ideia ao asseverar que “onde” corresponde a “em que” e deve ser usado sempre que for precedido de palavra denotativa de lugar. Ante o contexto, o ponto em questão, que justifica a correção gramatical aplicada à fala do Deputado Pompeo de Mattos, é a relação anafórica com a palavra “debate”, pois o advérbio “onde” deve referir-se apenas a lugar material, enquanto “em que”, a lugar virtual (DAMIÃO e HENRIQUES, 1994, *apud* COSTA, 2007, 823). Portanto, a referência à palavra “debate” deve ser feita com o pronome relativo “que” antecedido da preposição “em” por força da regência verbal com “amadurecer”, visto que não há vinculação a lugar físico.

Essa intervenção representa uma correção gramatical de erro evidente a que Marcuschi (2010, p. 49) recomenda proceder, com vistas à limpeza inicial do texto durante a transcrição. Isto posto, os ajustes dessa natureza, quando não executados pelo transcritor, podem ser efetivados pelo revisor, com enquadramento na 6ª operação constante da Figura 2 (p. 15).

5.2 Análise de intervenções na revisão DETAQ

Passa-se à análise comparativa entre a transcrição (Fig. 7) e a revisão (Fig. 8) efetuadas pelo DETAQ, lembrando que a revisão parte do texto inicialmente transcrito.

Figura 7. Trechos da transcrição do DETAQ

*Linha***Primeiro trecho**

1 assim. Por trás disso há a droga. Quem era ele? Estava no semiaberto. Não dá mais
 2 para aguentar o semiaberto. Não é semiaberto, é aberto, é livre. Nós temos que
 3 examinar essa questão do semiaberto com mais clareza, com mais profundidade,
 4 não dá mais para aceitar. Outra: prisão domiciliar sem controle. Nós temos as
 5 tomozeleiras eletrônicas. E por que não?

6 Essa questão prisional, nós temos que avançar. E podemos avançar, e é
 7 possível avançar. E eu sei que tem como. Acho que nós vamos começar a
 8 compreender o semiaberto no dia em que começarem a matar Deputado, matar juiz,
 9 matar familiar de juiz, familiar do promotor, familiar do advogado. Então, aí nós
 10 vamos acordar. Enquanto são os outros, são os outros. E nós temos que endurecer.
 11 E por trás de toda essa estrutura da criminalidade, — engane-se, Presidente — está
 12 a droga! A droga é coisa do diabo! Mas é feita por gente, por nós, seres humanos. E,
 13 como tal, nós vivemos essa realidade. Se nós não enfrentarmos a questão da
 14 drogadição, ficamos passando a mão, “Ah, o coitadinho só é viciado, só é isso, só é
 15 *aquilo*”, e ficamos passando a mão, nós vamos afundar. Nós vamos afundar!

Segundo trecho

17

18

19



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Comissão Especial - PL 8045/10 - Código de Processo Penal

Número: 0072/16

SEM REDAÇÃO FINAL

02/03/2016

20

21

22

uma diretoria deles aqui. Não me diz respeito, isso. Isso é comunicação, e, como tal,
 tem que haver o sigilo, como a questão bancária tem que haver o sigilo. Outra coisa
 é a movimentação bancária, que a Receita tem, que os bancos têm. Eu sou

Figura 8. Trechos da revisão do DETAQ

Primeiro trecho	
Linha	
1	1
2	2
3	3
4	4
5	5
6	6
7	7
8	8
9	9
10	10
11	11
12	12
Segundo trecho	
13	13
14	14
15	15
Fonte:	portal da Câmara dos Deputados, no endereço:
http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0072/16	

É oportuno esclarecer que as alterações observadas no tamanho da fonte dos caracteres, nos trechos selecionados, são uma decorrência de diferenças existentes nos documentos originais.

Partindo-se do texto final da revisão (Fig. 8), as intervenções podem ser separadas consoante os números das operações registradas na Figura 2 (p. 15), que apresenta diagrama proposto por Marcuschi (2010, p. 75), a fim de facilitar a compreensão, conforme abaixo:

- a) “4ª OPERAÇÃO: Introdução da paragrafação e pontuação detalhada sem modificação da ordem dos tópicos discursivos (*estratégia de inserção*).” (MARCUSCHI, 2010, p. 75)
 - Substituição da vírgula por ponto final após “profundidade” (linha 2) – o revisor percebeu uma pausa maior após “profundidade” e optou por inserir um ponto final, com acréscimo da palavra “isso” após “aceitar” (linha 3), a fim de completar o sentido do verbo.
 - Quebras de parágrafo nas linhas 4 e 8 - são pertinentes, pois marcam a mudança de assunto. Segundo Garcia (2010, p. 267), deve-se proceder ao desenvolvimento de um único tópico frasal por parágrafo, ao que chama de unidade. Daí porque a intersecção da linha 4 se justifica pela transposição

do tema de *regime semiaberto* para *prisão domiciliar*, ao passo que a da linha 8, pela mudança da matéria versada de *sistema prisional* para *drogas*.

- b) “5ª OPERAÇÃO: Introdução de marcas metalinguísticas para referenciação de ações e verbalização de contextos expressos por dêiticos (*estratégia de reformulação objetivando explicitude*)”. (MARCUSCHI, 2010, p. 75)

- Na linha 4, em “E por que não fazer uso delas?”, o revisor inseriu a expressão “fazer uso delas” para externar a relação anafórica com “tornozeleiras eletrônicas”. O objetivo foi, além de promover a plenitude semântica, evitar a ambiguidade com a frase negativa “Não dá mais para aceitar isso” (linhas 2 e 3), o que poderia gerar uma equivocada correlação com a pergunta “E por que não?” (linha 5, Fig. 7), ou seja, como se significasse “E por que não dá mais para aceitar isso?”. A operação em questão é aplicada a “contextos que exigem explicitude completa dos referentes para não haver ambiguidade referencial” (MARCUSCHI, 2010, p. 84), daí porque se pode afirmar que o revisor interveio de modo irrepreensível.

- c) “6ª OPERAÇÃO: Reconstrução de estruturas truncadas, concordâncias, reordenação sintática, encadeamentos (*estratégia de reconstrução em função da norma escrita*).” (MARCUSCHI, 2010, p. 75)

- Nas linhas 14 a 15 do trecho da revisão (Fig. 8), houve a adequação sintática pela reordenação das estruturas frasais, conforme abaixo:

- 1) “tem que haver o sigilo, assim como há o sigilo da questão bancária” (linha 14, Fig. 8) – aplicou-se o paralelismo sintático entre os termos “sigilo” de cada oração.

Na lição de Azeredo (2014), paralelismo sintático é

a perfeita correlação na estrutura sintática da frase. Como a coordenação é um processo que encadeia valores sintáticos idênticos, presume-se que os elementos sintáticos coordenados entre si devam apresentar, em princípio, estruturas gramaticais similares. Isso significa que a coordenação sintática deve comportar constituintes do mesmo tipo. (AZEREDO, 2014, p. 510)

No trecho da transcrição do DETAQ (Fig. 7), a palavra “sigilo” (linha 21, primeira aparição) estava em paralelo com a oração “a questão bancária tem que haver o sigilo”, o que se mostrava impróprio sob o ponto de vista da relação de sentido pelo paralelismo sintático assim posto. Ademais, na mesma oração, a expressão “tem que” (linha 21, Fig. 7, 2ª aparição) possui valor de “deve”, e, como tal, não encontra relações sintática e semântica adequadas com “haver o sigilo”, se considerado como sujeito o termo “a questão bancária”.

2) “a que a Receita tem acesso, a que os bancos têm acesso.” (linha 15, Fig. 8) – o revisor procedeu a um ajuste na estrutura sintática da frase, com acréscimo do substantivo “acesso” e da preposição “a”, requisitada por força da regência nominal, de modo que o texto apresentasse o sentido objetivado pelo falante, qual seja, o de que tanto a Receita Federal quanto os bancos têm acesso à movimentação bancária. Da forma como foi falada, nos termos da transcrição (Fig. 7), infere-se literalmente que a Receita Federal e os bancos têm “movimentação bancária” (linha 22, Fig. 7). Isso certamente apresenta disparidade com a pretensão discursiva do parlamentar.

d) “7ª Operação: Tratamento estilístico com seleção de novas estruturas sintáticas e novas opções léxicas (*estratégia de substituição visando a uma maior formalidade*).” (MARCUSCHI, 2010, p. 75)

- Na linha 4 do trecho da revisão (Fig. 8), no fragmento textual “Outro aspecto é a prisão domiciliar sem controle”, o revisor procedeu à substituição da palavra “Outra” (linha 4, Fig. 7) pela expressão “Outro aspecto é a”, a fim de dar maior formalidade ao texto e integralidade semântica à frase. O Deputado Pompeo de Mattos valeu-se de formas coloquiais ao usar a palavra “Outra” sem a devida complementação sintática. Nesses trechos, o revisor houve-se muito bem em suas intervenções, ao deixar clara no texto a intenção comunicativa do falante.

- Na linha 6 (Fig. 8), em “compreender o regime semiaberto”, o revisor inseriu a palavra *regime* para completar o sentido de semiaberto. Até poderia tê-lo feito antes, na linha 1 (Fig. 8), o que se mostraria mais adequado por representar a primeira aparição do vocábulo “semiaberto”,

mas optou pela substituição nesse momento. Feitas essas observações, conclui-se que o revisor aplicou corretamente a intervenção, a fim de manifestar que “semiaberto” diz respeito a *regime prisional*; assim, garantiu a devida formalidade da linguagem pela comunicação da ideia com a plenitude de sentido, afastando o texto de coloquialidades da língua falada. É previdente ressaltar, neste ponto, que a aludida relação entre formalidade e coloquialidade não tem abrigo na perspectiva da dicotomia estrita entre língua falada e língua escrita, baseada na existência de uma única norma padrão da língua – a norma culta –, mas, sim, na perspectiva interacionista preocupada com a produção de sentido (MARCUSCHI, 2010, p. 27-34), porquanto foi com esse desígnio que o revisor se manifestou.

- e) “9ª OPERAÇÃO – Agrupamento de argumentos condensando as ideias (*estratégia de condensação*).” (MARCUSCHI, 2010, p. 75)

Essa operação não corresponde a resumo nem a exclusão sistemática de informação, mas tão somente a eliminação de elementos próprios da fala, redundâncias e repetições desnecessárias típicas da oralidade, na busca de regularização linguística, o que implica redução no volume de linguagem (MARCUSCHI, 2010, p. 87). Em conformidade com essa abordagem, segue um exemplo de intervenção verificada no trecho da revisão do DETAQ:

- Na linha 10 (Fig. 8), em “ficar passando a mão no viciado, dizendo que é coitadinho, nós vamos afundar”, o revisor procedeu a um enxugamento da frase, que originalmente, na transcrição, era “ficarmos passando a mão, ‘Ah, o coitadinho só é viciado, só é isso, só é aquilo’, e ficarmos passando a mão, nós vamos afundar. Nós vamos afundar!” (linhas 14 e 15, Fig. 7). Primeiramente, o revisor substituiu “Ah, o coitadinho só é viciado, só é isso, só é aquilo” por “dizendo que é coitadinho”. Em seguida, excluiu a repetição da frase “Nós vamos afundar”. Assim, houve uma condensação das ideias, com a reescritura da frase de modo menos coloquial, a fim de transmitir a mesma mensagem, porém com a utilização reduzida de palavras.

5.3. Operações não utilizadas nas intervenções do DETAQ

Observa-se a aplicação prática das operações textuais-discursivas propostas por Marcuschi (2010, p. 75) tanto na transcrição quanto na revisão procedidas pelo DETAQ. O modelo proposto pelo linguista envolve, além das nove operações, mais uma intitulada operações especiais. De todas elas, apenas a oitava e as operações especiais não foram utilizadas, conforme se segue:

- “8ª OPERAÇÃO: Reordenação tópica do texto e reorganização da sequência argumentativa (estratégia de condensação).” (MARCUSCHI, 2010, p. 75)

Essa operação não foi aproveitada na revisão do DETAQ, porque resulta em modificações no texto que comprometem a sua fidedignidade com o discurso proferido, pois envolve deslocar argumentos para posições mais convenientes no texto, por critérios de lógica ou de poder de convencimento. Segundo Marcuschi (2010, p. 86), essa operação é indicada para retextualizações de diálogos, típicos de entrevistas muito frequentes em publicações de artigos científicos por revistas especializadas. Vale ressaltar que o “Manual de Redação” do DETAQ não faz referência a esse tipo de intervenção, mas veda alterações textuais bem menos modificativas ao tratar dos princípios de fidelidade, nos termos da Figura 9 a seguir:

Figura 9. Princípios de fidelidade da revisão conforme “Manual de Redação” do DETAQ

Princípios de Fidelidade

I) Ser fiel não significa deixar de fazer correções e ajustes gramaticais necessários ao texto, ou não realizar as devidas pesquisas aos Manuais do DETAQ, aos roteiros de reunião e à Internet. Em outras palavras, ser fiel não é deixar de fazer o trabalho ou de cumprir cada um com sua obrigação.

II) O erro ou equívoco mais grave quanto à fidelidade ocorre nos seguintes casos:

- a) acréscimo desnecessário de palavras, expressões ou frases não proferidas pelo orador;
- b) supressão desnecessária de palavras, expressões ou frases proferidas pelo orador;
- c) substituição, também sem qualquer motivo ou necessidade, de palavras, expressões ou frases proferidas pelo orador; é a famosa troca de “seis por meia dúzia”.
- d) redação dada pelo taquígrafo, revisor ou supervisor alterando o estilo, o perfil do orador, ou até mesmo o conteúdo da mensagem transmitida.

- “OPERAÇÕES ESPECIAIS: readaptação dos turnos (nos diálogos) para formas monologadas ou dialogadas.” (MARCUSCHI, 2010, p. 75)

Essas operações especiais também não foram verificadas nos procedimentos de retextualização do revisor do DETAQ, pois, a exemplo do que se acabou de discorrer quanto à oitava operação, implicam modificações que comprometem a fidedignidade do pronunciamento, além de não serem recomendadas para retextualizações de discursos parlamentares, mas, sim, para conversações em encontros diádicos, triádicos ou poliádicos. (MARCUSCHI, 2010, p. 88)

6 CONCLUSÃO

A presente pesquisa trouxe informações valiosas no que respeita à revisão de textos. Ao focar o trabalho dos revisores do DETAQ, apresentou uma visão ampla da atividade, apontada sob diversos aspectos. Apenas a título de exemplo, podem-se citar os esclarecimentos sobre questões que envolvem: a elaboração dos pronunciamentos parlamentares e a linguagem neles utilizada; os gêneros textuais vistos sob a ótica de suas funções sociais relacionadas à finalidade do discurso, em comparação com a do texto revisado pelo DETAQ; as atribuições específicas daqueles revisores e os exames de suas práticas textuais-discursivas, especialmente no que concerne às transcrições e retextualizações então analisadas.

Nessa abordagem, a metodologia utilizada mostrou-se apropriada para a consecução dos fins pretendidos. Buscou-se um referencial teórico ideal para não só fundamentar o bom entendimento das questões suscitadas, mas também validar as afirmações e conclusões decorrentes das análises dos variados aspectos tratados. Vale destacar aqui a importância da ciência linguística pelo recurso a renomados autores desta área, como Marcuschi (2008; 2010), Saussure (1972), Charaudeau (2008), Lyons (1982) e Koch (2003). Não menos oportuno é lembrar os gramáticos de quem se socorreu esta pesquisa em

questões pontuais da Língua Portuguesa, como Azeredo (2014) e Cunha e Cintra (2013), dentre outros.

Ainda no tocante à metodologia, se, por um lado, os dados coletados revelaram-se suficientes para o propósito da pesquisa, pela profusão e diversidade de intervenções que lhes foram aplicadas pelo revisor do DETAQ, por outro, a respectiva análise demonstrou como a ciência linguística alcança as questões práticas da atividade revisional, pelo confronto entre o trabalho daquele profissional e as nove operações textuais-discursivas propostas por Marcuschi (2010). Dessas nove, apenas uma, a oitava, não foi contemplada no exame dos dados, bem como não foram utilizadas as operações especiais. Deduz-se daí o emprego, em sua totalidade, das operações textuais-discursivas que guardam relação com retextualização de discursos parlamentares, tendo em vista que as duas únicas não aproveitadas mostraram-se alheias ao âmbito do estudo em questão. Isso comprova o quanto o modelo proposto por Marcuschi (2010) é aplicável à revisão de textos, pois, apenas em pequenos fragmentos de um único discurso parlamentar, foi possível observar, na retextualização, o uso abrangente das recomendações do linguista.

Quanto à finalidade desta pesquisa, pode-se declarar que o objetivo foi alcançado, qual seja, o de trazer contribuições à revisão de textos pela investigação das práticas textuais-discursivas dos revisores do DETAQ. Para corroborar essa afirmação, diversos fatores apresentaram-se claramente.

Cumprе evidenciar, inicialmente, que, por meio deste estudo, foram verificadas as características dos revisores do DETAQ: revisor de textos *stricto sensu*, analista crítico do discurso, assemelhação ao notário público e regimentalista. Saliente-se que essas duas últimas os diferenciam dos outros revisores de texto, pois são próprias de suas atividades desenvolvidas na Câmara dos Deputados.

Foi possível também compreender a necessidade de analisar os aspectos do falante, e não apenas da fala. Isso ficou constatado quando se fez uma investigação relativa à linguagem utilizada pelos parlamentares em seus discursos, a fim de verificar os motivos que os levam a usar a linguagem coloquial. Cabe aqui enfatizar que o autor do discurso analisado, Deputado Pompeo de Mattos, não

obstante ser advogado, valeu-se de linguagem coloquial em seu pronunciamento, no intuito de resguardar as identidades com o seu eleitorado e de se fazer entender pelo público ouvinte da *TV Câmara*. Diante desse conhecimento, o revisor, na transposição do texto oral para o escrito, terá o cuidado de limitar suas intervenções para evitar a quebra de identidade entre o falante e seu público-alvo, de modo a manter, na medida do possível, o estilo do orador.

Acrescente-se que a pesquisa chamou a atenção para a função social tanto do texto quanto do discurso, ao analisar a mudança de gênero textual resultante da passagem do texto oral (discurso falado) para o escrito (documento escrito). Ficou evidenciado que este se destina a compor registros históricos e servir de objeto de pesquisa pelos interessados, enquanto aquele se presta a estabelecer uma comunicação entre orador e ouvinte.

Não menos importante foi constatar a capacidade de observação do revisor do DETAQ. Notou-se uma percepção acurada das impropriedades do texto em relação ao gênero textual então produzido, bem como uma constante assertividade em suas intervenções tanto no nível micro quanto no macrotextual, em razão da autoconfiança e da determinação com que se portou em sua atividade. Isso certamente representa excelentes exemplos de atuação para aqueles profissionais de revisão de textos que pretendem exercer trabalhos na área.

Feitas essas considerações, não se pode afirmar que foi exaurido o assunto, mas, sim, que, certamente, foi elaborado um valioso instrumento de consulta, enquanto ponto de partida para novos estudos, não só para atuantes desse campo do conhecimento, como também para pesquisadores que desejem o aprofundamento no tema revisão de textos.

CONTRIBUTIONS TO THE TEXTUAL REVISION: the textual-discursive practices applied by the text revisers at the Department of Shorthand Reviser's, Reviser and Drafting of the House of Representatives (DETAQ) in parliamentary speeches

ABSTRACT

This assignment represents an analysis, under the perspective of applied linguistics, by the Department of Shorthand Reviser's, Reviser and Drafting by the Chamber of Deputies (DETAQ) in the text about the audio transcripts of parliamentary speeches pronounced at that legislative house in order to investigate both interventions and transcripts from the perspective of the nine textual-discursive operations proposed by Marcuschi (2010), as contribution to the textual revision. The study refers to the text concepts presented by Marcuschi (2008) and Koch (2003) and speech concept proposed by Dubois *et al* (1995), as part of this research, followed by several theoretical contributions presented specially by Saussure (1972) highlighting the communication, which is the purpose of the parliamentary speech as an important element in relations between the language used in speeches and the target audience, presenting as cause of strong influence factor the transmission of events by the *TV Câmara*. When entering the research core, primary differentiate text reviser from DETAQ reviser, by appointing the particularities of their performance. Subsequent, it differentiates the use of the textual-discursive practices of transcription and revision under that department, exhibiting their roles and description of the procedures adopted from the events audio to the retextualization for the preparation of the publication of the final text. Furthermore, it presents linguistic analysis of some interventions of DETAQ reviser in parliamentary speech and final considerations of this research.

Keywords: Retextualization. Proofreading. Shorthand. Parliamentary speech. Chamber of Deputies.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2014.

BELTRÃO, Luiz. **Teoria geral da comunicação**. 3. ed. Brasília: thesaurus, 1982.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2008.

COSTA, José Maria da. **Manual de redação profissional**. 3ª ed. Campinas/SP: Millennium Editora, 2007.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. **Gramática do Português contemporâneo**. 6ª Ed. - Rio de Janeiro: Lexicon, 2013.

DUBOIS, Jean *et al.* **Dicionário de linguística**. São Paulo: Cultrix, 1995.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: editora Universidade de Brasília, 2001.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. 27ª ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri. **Dicionário técnico jurídico**. Org. 11. Ed. – São Paulo: Rideel, 2008.

JOTA, Zelio dos Santos. **Dicionário de linguística**. Rio de Janeiro: Presença, 1976.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A coerência textual**. 15ª ed. – São Paulo: Contexto, 2003.

LUFT, Celso Pedro. **Moderna gramática brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Globo, 2002.

LYONS, John. **Linguagem e linguística uma introdução**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise do gênero e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. **Da fala para a escrita – Atividades de retextualização**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do Português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

POLITO, Reinaldo. **Como falar corretamente e sem inibições**. 103 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

ROCHA, Harrison da. **Um novo paradigma de revisão de texto: discurso, gênero e multimodalidade**. Tese de doutoramento. UnB, 2012.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. **Introdução à teoria da comunicação: problemas, correntes e autores**. São Paulo: Edicon, 1998.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 4ª ed. São Paulo: Cultrix, 1972.

SHANNON, Claude E. **A teoria matemática da comunicação**. São Paulo: Difel, 1975.

TONDO, Nádia Vellinho. **Uma teoria integrada da comunicação linguística: introdução à gramática transformacional**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1974.